



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**REUNIÃO COM REITORES DE UNIVERSIDADES E
PRESIDENTES DE INSTITUTOS POLITÉCNICOS -
GRUPO DE TRABALHO DA CIÊNCIA**

Porto - 18.mai.2015



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Objetivo da visita

O Grupo de Trabalho da Ciência, que faz o acompanhamento da respetiva temática, deliberou realizar um dia de trabalho dedicado à Ciência e concretizá-lo fora da Assembleia da República, na zona do Porto.

Assim, na parte da manhã foi realizada uma reunião com os Reitores das Universidades e os Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos públicos a norte do Douro, para audição dos mesmos sobre o financiamento do SCTN e a avaliação das unidades de investigação. A audição foi seguida de um almoço de trabalho.

Foram convidados os Reitores das Universidades do Porto, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro e os Presidentes dos Institutos Politécnicos do Porto, do Cávado e Ave, de Viana do Castelo e de Bragança.

Durante a tarde foi feita uma visita à Associação Fraunhofer Portugal Research (Fraunhofer Portugal) para contacto com uma unidade de investigação e inovação em que se realiza transferência de conhecimento e ligação ao setor empresarial.

Universidades e Institutos Politécnicos

Universidade do Porto

Fundada em 1911, é a segunda maior do país (após a fusão das 2 Universidades de Lisboa), possui atualmente 14 Faculdades, uma Escola de Gestão, mais de 70 unidades de investigação científica, cerca de 31.000 estudantes, 2.300 docentes e investigadores, 1.700 funcionários não docentes e um orçamento de € 206 milhões (61% do OE).

Tem uma oferta de cerca de 670 diferentes programas de formação, entre licenciaturas, pós-graduações, mestrados, doutoramentos, cursos de formação contínua e de formação profissional, dos quais cerca de 390 são cursos conferentes de grau.

Universidade do Minho

Iniciou as atividades académicas em 1975/1976, tem 12 unidades orgânicas de ensino e investigação (equivalentes a Faculdades), variadas unidades orgânicas de investigação, cerca de 19.000 estudantes, 1.200 docentes, 600 funcionários não docentes e um orçamento de € 75 milhões de euros.

Instituto Politécnico de Bragança



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Fundado em 1983, tem 5 Escolas e cerca de 7.000 estudantes.

Instituto Politécnico do Cávado e Ave

Criado em 1994, tem 2 Escolas, 2 unidades de investigação e 2.156 graduados.

Instituto Politécnico do Porto

Criado em 1985, tem 7 Escolas e Institutos, várias unidades de I&D próprias, 4 das quais aprovadas pela FCT, além da participação formal em vários laboratórios associados e outras unidades, cerca de 18 000 estudantes, 998 docentes e 304 funcionários não docentes.

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Criado em 1980, tem 6 Escolas, cerca de 5.000 estudantes, 300 docentes e 100 funcionários.

Avaliação das unidades de investigação

“O desenvolvimento, o financiamento e a avaliação de instituições, redes, estruturas, equipamentos científicos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, bem como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional, a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia, e ainda o desenvolvimento dos meios nacionais de computação científica, promovendo a instalação e utilização de meios e serviços avançados e a sua articulação em rede”, constituem a missão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A FCT tem vindo a proceder à **avaliação externa das unidades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico nacionais**, segundo padrões internacionais, nos termos do **Regulamento de Avaliação e Financiamento das Unidades de Investigação**, o qual estabelece ainda as condições do financiamento plurianual associado à avaliação.

Programa

11h00 Abertura pela Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

11h05 Intervenção dos Reitores das Universidades e dos Presidentes dos Institutos Politécnicos

12h10 Intervenção dos Deputados

(tempo máximo de 5 minutos para cada Grupo Parlamentar)

13h00 Encerramento

13h00 – Almoço (no Grill da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

Delegação de Deputados

- Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do GT da Ciência)
- Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)
- Deputado Agostinho Santa (PS)
- Deputada Michael Seufert (CDS-PP)
- Deputada Diana Ferreira (PCP)
- Deputado José Soeiro (BE)

Delegação das Universidades e Institutos Politécnicos

- Reitor da Universidade do Porto - Sebastião Feyo de Azevedo
- Vice-Reitor da Universidade do Minho – Rui Vieira de Castro
- Presidente do Instituto Politécnico de Bragança - João Alberto Sobrinho Teixeira
- Presidente do Conselho Técnico Científico da Escola Superior de Gestão (em representação do Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave) – Maria José da Silva Fernandes
- Presidente do Instituto Politécnico do Porto – Rosário Gamboa
- Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Rui Alberto Martins Teixeira

*O Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro comunicou a impossibilidade de estar presente ou de se fazer representar.

- **Local da reunião:** Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), sala A113, no edifício central
Rua Dr. Roberto Frias, s/n 4200-465 Porto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Síntese da visita

A Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais (do PS) fez o enquadramento das atividades do mesmo, concretizou os objetivos da reunião e apresentou a delegação de Deputados.

De seguida, o Reitor da Universidade do Porto (UP) referiu, em síntese, o seguinte:

1. Atribuía maior relevância à estrutura de governo das Universidades, sendo o financiamento um dos pontos;
2. Havia necessidade de visitar os regimes jurídicos dos docentes;
3. Havia necessidade de uma visão mais integrada em relação ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
4. Verificava-se alguma confusão entre autonomia e autogestão das Universidades, tendo manifestado concordância total com a primeira e manifestado discordância e séria preocupação em relação à autogestão das Faculdades e à interpretação dada por alguns relativamente àquele regime em termos gerais, defendendo antes a multidisciplinidade e a integração da governação dentro da mesma instituição;
5. Defendeu o não afastamento das unidades de investigação em relação às Universidades, como tinha feito a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), considerando que nas Unidades e Centros de Investigação em que a maioria dos seus membros são universitários, a Universidade deve ter um papel relevante relativamente às políticas a seguir;
6. Considerou o financiamento das instituições de ensino superior fundamental, tendo realçado que os níveis do mesmo têm vindo a cair e informado que a Universidade do Porto tinha baixado em cerca de 20% as despesas de funcionamento e investimento, isto é retiradas as despesas com pessoal (que igualmente diminuiram, para lá da diminuição relativa aos cortes remuneratórios);
7. A Universidade do Porto possui uma visão de inserção internacional que necessita obviamente de suporte financeiro. Entende oportuno recordar que em 2009 celebrou um contrato programa plurianual de 100.000.000€ com o governo, subscrito pelos então ministros das Finanças e da Ciência e Ensino Superior, e pelo Reitor da UP, o qual seria decisivo na valorização da vertente de recursos humanos especializados e no conseqüente robustecimento da sua competitividade internacional, o qual, por razões não esclarecidas, não foi cumprido até hoje;
8. O modelo atual de avaliação da investigação aponta para uma exigência de qualidade, de nível europeu e internacional;
9. Houve, no entanto, uma transição brusca do modelo, o que provocou cortes e muita instabilidade, tendo defendido que a transição deveria ter sido feita de forma gradual;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

10. Identificou ainda as seguintes questões e erros da avaliação:

- 10.1. Não discordava da escolha da *European Science Foundation* (ESF) para a avaliação das unidades de investigação;
- 10.2. Os critérios de qualidade são possíveis;
- 10.3. Deveria haver um guião de avaliação com os critérios a adotar, que evitassem grandes disparidades entre os avaliadores;
- 10.4. Não se entendeu o critério de transposição da avaliação para o financiamento;
- 10.5. A atribuição de uma percentagem do que se pediu não é um critério aceitável;
- 10.6. Sugeriu a reapreciação dos resultados da avaliação;
- 10.7. Em abono da verdade dos factos, no passado também se verificaram muitos erros e situações menos claras nos procedimentos de avaliação e financiamento, que no entanto, por razões diversas, passaram sem grande contestação.

O Vice-Reitor da Universidade do Minho, indicou o seguinte:

1. Optaram por um modelo fundacional e aguardam há algum tempo a correspondente resposta do Ministério;
2. A Universidade tem 10% de produção científica e uma rede de relação internacional importante, tendo também realçado a importância do processo doutoral;
3. A Universidade tem como objetivos o reforço da posição da entidade, a capacitação de excelência, o reforço de parcerias, a investigação relacionada com os desafios da sociedade e o posicionamento como ator decisivo no desenvolvimento regional e nacional;
4. No plano externo da avaliação evidenciou as seguintes questões:
 - 4.1. Em relação ao referencial de avaliação, realçou a necessidade de explicitação das políticas de investigação e a preservação do controlo do sistema científico nacional, não o depositando em entidade externa. Questionou depois a relação entre a avaliação e o financiamento, entre a primeira e a formação pós-graduada e defendendo a importância da diferenciação entre avaliação e financiamento;
 - 4.2. Quanto ao processo de avaliação, referiu que se esperava que envolvesse avaliadores reconhecidos, com conhecimento da realidade do sistema científico nacional, defendeu a necessidade de valorização da capacidade demonstrada e realçou a importância do conhecimento em bloco;
 - 4.3. No que toca ao financiamento, referiu a importância da capacidade de captação de financiamento externo e de programas que prevejam o financiamento internacional.
5. Tendo por base a experiência recente de avaliação de unidades de investigação, evidenciou as seguintes lições:
 - 5.1. A importância de se considerarem os atores nacionais. Evitar a descredibilização das instituições, nomeadamente da FCT, bem como tensões;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- 5.2. A falsa ilusão de que é possível gerar elevada qualidade partindo do zero;
- 5.3. A prática de avaliação deve ser cautelosa, essencialmente consensualizada.

O Presidente do Instituto Politécnico de Bragança indicou o que a seguir se sintetiza:

1. A importância da ciência e da investigação aplicada e a repercussão no desenvolvimento do país;
2. A necessidade de ponderar o desenvolvimento integral do país, em termos de coesão, tendo realçado que os centros de investigação do interior eram muito penalizados;
3. Deu exemplos de investigações desenvolvidas, nomeadamente, com a disponibilização de um antivírus para a cura do cancro do castanheiro e a criação de um parasitoide para a praga da vespa;
4. Defendeu a necessidade de análise diferenciada para determinados centros dos Politécnicos;
5. Os Institutos Politécnicos têm solicitado centros de investigação aplicada, com capacidade de integração com empresas e avaliação também pela FCT, tendo referido que havia exemplos internacionais idênticos;
6. A liberdade individual de cada investigador em relação aos centros de investigação;
7. A relação estabelecida com a Universidade do Porto e a associação dos centros de investigação dos Politécnicos a outras unidades de investigação.

O Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo propôs uma rotina de diálogos entre o Parlamento e os investigadores e referiu depois o seguinte:

1. Foi o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior que estabeleceu a existência de investigação nos Institutos Politécnicos;
2. O Instituto, como centro de conhecimento, tem cerca de 5.000 alunos;
3. No âmbito dos projetos apresentados à FCT, o maior valor corresponde ao Instituto Politécnico de Bragança, seguido do Instituto de Viana do Castelo;
4. Em termos de avaliação, realçou:
 - 4.1. A FCT não serve a causa dos centros de investigação, nomeadamente, dos Politécnicos;
 - 4.2. A importância da formação à distância;
 - 4.3. O Instituto de Viana do Castelo desenvolve investigação aplicada, para acrescentar valor a nível regional, nomeadamente, a nível alimentar;
 - 4.4. Tem várias associações com empresas;
 - 4.5. Trabalha sempre em colaboração com outros centros;
 - 4.6. Foram atribuídos cerca de 10.000.000€ de financiamento ao Instituto e este gasta cerca de 13 a 15.000.000€ em investigação;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- 4.7. O financiamento tem sido um desastre;
- 4.8. Há necessidade de revisão da situação dos investigadores individuais.

A representante do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave referiu:

- 1. Os Institutos Politécnicos têm limitações em relação à investigação;
- 2. O Instituto em causa tem um Centro reconhecido pela FCT, na área das ciências sociais, da contabilidade e conseguiram afirmação, mas na última avaliação perderam o reconhecimento;
- 3. Os avaliadores não tinham nada a ver com a atividade do Centro e este reclamou da avaliação, tendo demonstrado que havia erros, mas a classificação manteve-se. Assim, lamentou não terem recorrido da avaliação;
- 4. Tentam criar redes, tendo realçado que o país não tem outro Centro na área;
- 5. O não reconhecimento e atribuição de financiamento põe em causa projetos com compromissos internacionais.

A Presidente do Instituto Politécnico do Porto reiterou a importância do acompanhamento da matéria pelos Grupos Parlamentares, colocou a tónica na diversidade das instituições e indicou ainda o seguinte:

- 1. Ensino Superior
 - 1.1. Há necessidade de equacionar a rede, o governo das instituições, a margem de autonomia e financiamento e o que é que o país quer para o sistema de ensino superior;
 - 1.2. Enfatizou que existe diversidade no interior de cada um dos 2 sistemas, que tem de ser analisada e tida em conta na necessária reorganização da rede de ensino superior, que não se poderá realizar pela mera aplicação de um modelo único, atendendo à capacidade das instituições;
 - 1.3. Referiu a inexistência de uma orientação de fundo no ensino superior, e o problema do financiamento das instituições. Recordou que a fórmula de financiamento não se aplica há anos, apesar de estar em vigor uma lei;
 - 1.4. O Instituto Politécnico do Porto (IPP) tem um subfinanciamento reconhecido pela tutela de 26,5%, situação que se arrasta há anos e tem sido agravada pelas assimetrias geradas nos últimos anos, a ausência de aplicação da fórmula de financiamento. A título de exemplo, disse que uma das consequências deste subfinanciamento, está patente no facto de, ainda que tenha dezenas de docentes com agregação e como tal com condições de ascenderem ao topo da carreira, não existe nenhum nessa categoria no Politécnico do Porto, por falta de financiamento. O IPP vê os seus docentes serem atraídos para outras instituições onde esta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

dificuldade não se faz sentir do mesmo modo. Há falta de transparência e equidade no financiamento que premeie e valorize o desempenho das Instituições de Ensino Superior (IES), com programas plurianuais estáveis. A Lei em vigor prevê a celebração de contratos programa quer para a reorganização das IES quer para a melhoria. Não tem sido utilizado este importante dispositivo;

1.5. A autonomia precisa de ser mais respeitada, coisa que o excesso de regulação burocrática tem inibido.

2. Quanto à Avaliação pela FCT, considerou:

2.1. A avaliação deve ser enquadrada num horizonte político maior que estimule e valorize o sistema científico nacional. Este enquadramento deve orientar a ação da FCT e as avaliações feitas atribuídas como tarefa a uma entidade externa, por mais respeitável que esta seja;

2.2. Os painéis de avaliação devem integrar investigadores de competência reconhecida – nacionais ou internacionais – mas conhecedores do nosso sistema científico;

2.3. Há necessidade de maior transparência nas avaliações e concordou com a sugestão apresentada pelo Reitor da Universidade do Porto de um guião, discutido e consensualizado, que orientasse os avaliadores evitando disparidades entre os mesmos;

2.4. No subsistema politécnico nenhum centro submetido à avaliação teve classificação superior a bom. O IPP viu alguns dos seus centros passarem de excelente ou muito bom para bom. Três destes centros tiveram a classificação de 15, o que seria suficiente para passar à segunda fase. Mas foi usado um critério de "veto", nos 4 existentes, atribuindo 3 em 5 quando nesse critério, altamente subjetivo, seria necessária a classificação de 4.

O IPP apresentou, por diversas vezes, o seu contraditório às avaliações feitas dos centros, mas nunca teve qualquer resposta;

2.5. Neste contexto, sugeriu como medida urgente a reapreciação dos resultados e, enquanto tal não é possível, pelo menos a passagem dos centros avaliados com Bom para Muito Bom, sem reflexos no seu financiamento, se necessário. Alertou para o facto de esta avaliação ter consequências muito graves ao nível do posicionamento das IES no programa Portugal 2020. Esta avaliação mutilou a capacidade já instalada de várias instituições terem acesso a financiamento competitivo, prejudicando o país, e necessita de ser urgentemente reparada.

De seguida, interveio o Deputado José Soeiro (BE), referindo que os Deputados pretendiam, essencialmente, ouvir os responsáveis e tendo manifestado concordância com um mecanismo regular e descentralizado de contacto da Assembleia da República com as instituições. Indicou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

que tinha ouvido e registado as críticas, tendo realçado que tinha sido dito que não estava definido o que o país queria do sistema científico.

Evidenciou a relação da Ciência com o desenvolvimento do país e indicou que duvidava de cortes sucessivos nos próximos 20 anos, realçando que iria continuar a haver saída de pessoas e falta de futuro para o sistema científico.

Considerou depois que a correção do processo de avaliação era urgente. Em relação ao financiamento do ensino superior, informou que o BE era contra o modelo fundacional. Pediu ainda um balanço, uma avaliação, do que tinha sido anunciado pelo Governo e concretizado. Referiu depois a reponderação do Estatuto da Carreira Docente e mencionou que iam aprofundar o debate.

Por último, solicitou a remessa de sugestões das instituições e disponibilizou-se para reuniões, propondo que houvesse encontros com mais regularidade.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) considerou que o Governo tinha vindo a dismantlar o sistema científico nacional e sujeitava-o aos interesses das empresas. Informou depois que o PCP tinha vindo a apresentar várias propostas sobre a matéria, mas tinham sido rejeitadas.

Realçou que não havia só falta de dinheiro, mas também escolhas, opções assumidas e considerou que o Estado devia assumir as suas responsabilidades em relação ao financiamento da Ciência. Deu como exemplo o caso do Instituto de Linguística, que já tinha fechado as portas, tendo informado que a avaliação criticava o facto de só fazerem investigação em relação à língua portuguesa.

Por último, referiu que o PCP tinha proposto a revogação da avaliação, bem como um novo modelo de financiamento, com as despesas fixas cobertas pelo Orçamento do Estado e só depois os projetos de investigação e o financiamento da FCT.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) justificou que a reunião no Porto correspondia a uma opção de descentralização dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Ciência, quando o respetivo Círculo tinha Deputados de todos os Grupos Parlamentares.

Realçou a proximidade entre o financiamento e a avaliação. Em relação à avaliação, referiu que os elementos a levar em conta seriam quem avalia, com que critérios e como é que a avaliação se traduzia em financiamento, tendo realçado a importância da transparência do processo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Referiu depois que o sistema era muito diversificado em vários aspetos, pelo que era difícil arranjar um sistema de avaliação que lhe desse resposta. Indicou que a avaliação estava sempre a ser feita e considerou que a avaliação por degraus gerava oscilações.

Referiu depois as dificuldades do Estatuto da Carreira Docente e dos investigadores individuais, realçou as sinergias entre instituições e enfatizou a diversidade e missão das escolas e do ensino superior.

O Deputado Agostinho Santa (PS) considerou que a tutela estava em negação e a realidade era a que as instituições indicavam, manifestou grande preocupação por o interior estar a ser varrido da investigação e referiu que o PS tinha dado importância às questões da Ciência, tendo realçado a relevância que tinha sido atribuída à mesma e ao ensino superior pelo ex-Ministro Mariano Gago.

Defendeu depois a convergência da investigação até 2020 para valores idênticos aos europeus e referiu que atualmente se verificava uma mudança de paradigma, com perda de financiamento e um clima de desconfiança.

Referiu que o PS tinha vindo a indicar o retrocesso e a apresentar propostas, nomeadamente, um Projeto de Resolução propondo a alteração do processo de avaliação, o qual tinha sido rejeitado. Por último, informou que o Grupo de Trabalho da Ciência tinha ouvido pessoas do setor e havia sinais de que a realidade existente era problemática.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu as mudanças atuais e realçou que a época de mudança era imposta pelo sistema europeu e internacional. Enfatizou a importância da educação e formação e que a geração da atualidade era a mais formada, mas se registavam altas taxas de desemprego, pelo que se impunham mudanças profundas.

Realçou depois que era preciso que a investigação estivesse ligada às necessidades da sociedade, o mesmo devendo acontecer com a educação e a formação. Realçou depois a relevância da investigação em relação com as necessidades locais, sendo uma mais-valia para o tecido local, nomeadamente, em termos agrícolas e a sua relação com o combate ao desemprego.

De seguida, salientou a relevância da parceria estabelecida entre as Universidades do Porto, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro e defendeu a cooperação entre Institutos Politécnicos e não a concorrência.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em relação ao modelo de avaliação, referiu que precisava de ser avaliado e melhorado, tendo enfatizado a importância de ter em conta o contexto regional. Por fim, referiu que o país tinha de repensar o modelo de investigação e defendeu a transferência de doutorados para as empresas.

Por fim, a Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência) realçou que os Grupos Parlamentares tinham abordagens diferentes, como se tinha constatado e retirariam as conclusões que entendessem, dando à situação a sequência pertinente, no âmbito dos poderes do Parlamento, em termos legislativos ou outros.

Em termos finais, o Reitor da Universidade do Porto reconheceu que a situação do país era difícil, mas realçou que a questão dos degraus de avaliação era mais política do que económica. Por último, pediu um consenso alargado para a governação multianual das instituições, mais autonomia, responsabilidade e previsibilidade e o repensar do modelo de avaliação.

Lisboa, 8 de junho de 2015

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes